

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: VÁRIAS HISTÓRIAS

GABRIELLE FRANCIINNE DE S. C. TANUS*

RESUMO

Este artigo analisa, a partir de uma pesquisa bibliográfica, a trajetória dos arquivos, das bibliotecas e dos museus ao longo da história, visando demonstrar o processo de constituição de cada uma dessas instituições em relação aos variados momentos históricos. Esse resgate historiográfico permite constatar que há uma multiplicidade de entendimentos acerca das origens e dos relacionamentos entre os arquivos, as bibliotecas e os museus, revelados ora por um afastamento, ora por uma aproximação entre eles. Ademais, percebe-se que a consolidação dos primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, no século XIX, advém das práticas e conhecimentos acumulados nestes locais: arquivos, bibliotecas e museus. Em suma, acredita-se que, para retomar a história desses campos científicos, deve-se, igualmente, retroceder na história e narrar as diversas histórias de suas primeiras instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo; Biblioteca; Museu; Arquivologia; Biblioteconomia; Museologia.

ABSTRACT

Drawing on a bibliographical research, this paper analyses the trajectory of archives, libraries and museums throughout history, aiming to show the formation process of each of these institutions in relation to various historical moments. Such a historiographical review allows verifying that there is a multiplicity of understandings about the origins and the relationships among archives, libraries and museums, either revealed by a distance or a rapprochement among them. Moreover, the consolidation of the first courses of Archival Science, Librarianship and Museology, in the 19th Century, is believed to stem from the practices and accumulated knowledge at such places: archives, libraries and museums. Ultimately, in order to recall the history of scientific fields, we should also go back in history and recount the several histories of the first institutions.

KEYWORDS: Archive. Library. Museum. Archival Science. Librarianship. Museology.

* Graduada em Biblioteconomia e Mestre em Ciência da Informação, pela UFMG.

1 INTRODUÇÃO

A criação dos arquivos e das bibliotecas relaciona-se, *grosso modo*, com a passagem do mundo da oralidade para o mundo da escrita, visto que essa transformação possibilitou a introdução de um novo elemento: o suporte. Esse suporte ou registro do conhecimento constituiu os primeiros acervos das primeiras instituições na Antiguidade, chamadas de “bibliotecas primitivas” e/ou “arquivos primitivos”, sendo a Biblioteca de Alexandria uma das bibliotecas mais famosas, devido à grande quantidade de rolos de papiro que compunham seu acervo. Essa passagem da cultura oral para a escrita ocorreu em decorrência da necessidade humana de registrar, preservar e comunicar os sentimentos, atos, conhecimentos, sobretudo, ligados às transações econômicas, administrativas e políticas da época. Nessa direção, Silva et al. (1998, p. 45) apontam que “a importância da escrita para a atividade humana levou, automaticamente, à consciência de que era preciso conservar tais registros, tendo em vista uma posterior utilização”.

Por outro lado, o surgimento dos museus está associado com o ato de colecionar, que remonta às sociedades da Antiguidade, ou ainda, como apresentam Giraudy e Boulhet (1990), desde a Idade da Pedra, o homem reúne ao redor de si objetos agrupados em determinada ordem, fruto do desvio do instinto de posse. Rojas (1979) considera que a civilização dos objetos e dos sinais é mais vasta e mais complexa que a civilização da palavra escrita, já que a cultura humana não começou com a escrita, nem se reduziu a ela. Desse modo, para o autor:

Os museus, juntamente com as bibliotecas e os arquivos, encerram os testemunhos do trabalho levado a cabo pelo homem através de toda a sua história, mas o papel que os museus desempenham é mais amplo do que o das bibliotecas e dos arquivos para o conhecimento da história da atividade criadora do homem desde as origens. (ROJAS, 1979, p. 23).

Apesar dessa consideração acerca da trajetória dos museus, acredita-se que não se deve distinguir a importância de cada uma dessas instituições frente a outra, pois se considera que todas as três instituições, arquivos, bibliotecas e museus, foram e são igualmente relevantes para a construção social da história e da memória da humanidade. Sob esse viés da memória, elemento essencial para o funcionamento de tais instituições, alguns autores

as nomeiam de “templos da memória” (COOK, 1998), “lugares de memória” (NORA, 1993), “instituições-memória” (LE GOFF, 1984) e “instituições de memória cultural” (NAMER, 1987).

Posto isto, a fim de ampliar os horizontes prossegue-se com a história das diferentes histórias dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, as quais não apresentam uma unicidade, visto que a literatura científica apresenta múltiplas origens sobre essas instituições. Este artigo pretende, a partir de uma pesquisa bibliográfica, expor os dois posicionamentos identificados que mais prevalecem nos textos. O primeiro, cujos autores demonstram não haver nenhuma significativa relação entre as histórias dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, e o segundo, cujos autores compartilham de uma visão direcionada para um maior entrelaçamento entre as histórias destas instituições. Expõe-se também que, com o advento da Idade Moderna, os arquivos, as bibliotecas e os museus passam a constituir realidades distintas umas das outras, de modo que cada uma dessas realidades constitui seu próprio percurso, inclusive, no que se refere aos campos científicos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia.

2 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: AFASTAMENTOS E APROXIMAÇÕES

Silva et al. (1998) argumentam que a realidade arquivística é anterior à invenção das bibliotecas, marcando, assim, uma separação entre a história dos arquivos e das bibliotecas. Eles acrescentam ainda que, embora houvesse uma confusão, no período helênico, entre a mesma nomenclatura atribuída aos arquivos e às bibliotecas, em virtude da tendência enciclopedista das bibliotecas, sabe-se que os registros armazenados nas bibliotecas vinculavam-se, sobretudo, a temas sagrados e litúrgicos, enquanto aos arquivos competia armazenar uma maior variedade tipológica de documentos: cartas régias, tratados, atos, missivas, contratos, censos, recibos, sentenças judiciais, etc.

Os arquivos existem desde as civilizações pré-clássicas, e, dado esse largo tempo de existência, foram desenvolvidos modos e práticas de organização que até hoje são utilizados na Arquivologia. Dentre as contribuições advindas desses antigos arquivos, Silva et al. (1998) destacam o respeito pelos aspectos orgânicos da estrutura arquivística, como se comprovou em Ebla (Síria), a preocupação com a identidade, autenticidade dos próprios

documentos e com a eficaz e coerente organização das placas sumérias, as quais evidenciaram uma estrutura diplomática dos primitivos arquivos.

Outra contribuição à Arquivologia remonta à Antiguidade, aos romanos, que atribuem aos arquivos um maior sentido administrativo. Tal foi a importância para a organização dos arquivos que culminou a definição do profissional arquivista (*tabularius*), “conferindo atribuições no âmbito da conservação, reprodução e validação dos documentos, prescrevendo, em certos casos, as condições de acesso, bem como o escalonamento da própria carreira.” (SILVA et al., 1998, p. 67). Assim, desde remota época, algumas das principais características dos arquivos e de seus profissionais já estavam delimitadas, de modo que “é provável que no século V [d.C.] um sentido concreto atribuído ao arquivo não mais confundia-se com as bibliotecas. Esta distinção tornou-se bastante clara no decorrer do período medieval.” (SILVA et al., 1998, p. 14).

Em relação ao período medieval, Wilson Martins (2002) considera que as bibliotecas desse momento podem ser vistas como meros prolongamentos das bibliotecas da Antiguidade. Esse “continuísmo” vincula-se às mudanças pouco significativas, tanto na composição quanto na organização, na natureza e no funcionamento dessas bibliotecas. Além disso, Martins (2002), ao discorrer sobre a trajetória desde os primórdios das bibliotecas, não faz menção sobre uma possível relação histórica entre as bibliotecas, os arquivos e os museus.

Ainda para Martins (2002), as bibliotecas desde seu surgimento são consideradas lugares de depósito, onde mais se escondiam seus registros (tabletes de argila e rolos de papiro, códices em pergaminho) do que se os faziam circular e perpetuar-se para os demais. Essa característica da indisponibilidade das obras aos profanos, ou melhor, a todos aqueles fora do círculo, prevalece até a Renascença, de modo que “as sandálias macias do monge medieval repetiam, no eco das abóbadas, o mesmo som ancestral dos sacerdotes sumerianos da biblioteca de Assurbanipal.” (MARTINS, 2002, p. 71). Todavia, foi durante a Idade Média, mais especificamente no século XII, que surgiram as primeiras universidades europeias e, por conseguinte, as bibliotecas universitárias, que principiam a laicização das obras e a proliferação dos “trabalhadores dos livros.” (MARTINS, 2002). Assim, a partir do surgimento dessas universidades, os livros manuscritos começaram a ter explicitamente um valor prático e instrumental para a produção dos conhecimentos, transpondo, então, os muros dos mosteiros para uma circulação comercial, o que

assinala uma grande ruptura cultural.

Peter Burke (2003), ao tecer considerações a respeito do surgimento das bibliotecas universitárias, chama a atenção para a distinção que deve ser feita entre a criação das bibliotecas e dos museus. Estes que, naquele momento, eram denominados “gabinetes de curiosidades” ou “quartos das maravilhas”, proliferaram-se, tardiamente, nos séculos XVI, XVII e XVIII, muitos deles “de baixo para cima”, isto é, formavam-se a partir do ato de colecionar de indivíduos e não de instituições universitárias ou das academias, como no caso das bibliotecas, que, desde o século XII, surgiram concomitantemente com as universidades.

Além desse surgimento e crescimento descompassados entre as bibliotecas e aquelas instituições (precursores dos museus), ressalta-se que elas se distanciavam também quanto à questão da organização de seus acervos. As bibliotecas eram organizadas segundo os currículos e os saberes da época, enquanto os gabinetes de curiosidades nem sempre obedeciam a uma lógica de organização, sendo conhecidos também pelos “amontoados” de suas coleções. De tal forma que “os problemas de classificação eram ainda mais agudos no caso dos museus do que no das bibliotecas, pois não havia uma tradição milenar que os donos ou curadores dos museus pudessem seguir ou adaptar.” (BURKE, 2003, p. 100).

A respeito da organização desses gabinetes, Possas (2005) diz que, a princípio, eles revelavam um caráter enciclopedista, expresso pelo ato de colecionar objetos de lugares distantes e desconhecidos em espaços onde cada coleção seguia sua própria lógica, segundo a sua forma ou os aspectos funcionais dos objetos. Com o transcorrer do tempo, houve o despertar para a sistematização das coleções. Desse modo, aliada à preocupação científica da época, configuram-se os seguintes eixos para a organização das coleções: *Naturalia*, comportando espécimes do reino animal, vegetal e mineral, e *Mirabilia*, que se dividia em duas seções, os objetos produtos da ação humana (*Artificialia*) e as Antiguidades, objetos exóticos que remetiam a povos desconhecidos, geralmente, objetos do “novo mundo” trazidos pelos viajantes.

Ademais, considera-se que tais gabinetes de curiosidades possuem uma estreita vinculação histórica com a criação, na Antiguidade, do primeiro *mouseion*, espaço dedicado aos sábios e filósofos e, principalmente, às nove musas (filhas de Zeus, que representa o poder e a vontade, e Mnemósine, deusa da memória). Esse local não se destinava apenas à reunião de coleções para fruição dos homens; era reservado à contemplação e aos estudos

científicos e literários. Para tanto, abrigava além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios, bem como dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico (SUANO, 1986; GIRAUDY; BOULHET, 1990).

Assim, o *mouseion*, visto como sinônimo de museu, tem como protótipo o museu de Alexandria; esse museu da Antiguidade, de pretensão universalista, preocupado com a “cosmovisão” e com a descoberta e enunciado de verdades universais, pode ser considerado o embrião provável e empírico da universidade e do campus universitário (GUARNIERI, 2010). Contudo, para Hernandez Hernandez (1998) os termos *mouseion* e *museum* possuem origens e acepções distintas um do outro. Para essa autora, o primeiro termo relaciona-se com o templo das musas criado por Ptolomeu, em Alexandria, enquanto o segundo termo, derivado do latim, data do século XVI, usado pela primeira vez para determinar uma coleção. O conteúdo semântico e a acepção moderna da palavra museu relacionam-se a Paolo Giovio (1453-1552), que descreveu suas coleções empregando o termo *museum*, situando sua coleção em um edifício, de modo que “la asociación de la colección con el edificio van a determinar la concepción moderna del museo.” (HERNANDEZ HERNANDEZ, 1998, p. 63).

Além dessa acepção da palavra “museu” vinculada a uma coleção e a um edifício, passa, no século XVII, a significar também a ideia de compilação exaustiva sobre um tema (SUANO, 1986). Assim, foram publicadas obras como *Museum Metallicum* (reunião de conhecimentos sobre os metais), *Museum Mueorum* (representação de um elenco de especiarias), *Poetical Museum* (coletânea de canções e poemas) e o *Museum Britannicum* (folheto com compilações de assuntos elegantes para conversação e coisas curiosas, pitorescas e raras).

Essa abstração que distancia a significação da palavra museu, da ideia de espaço, lugar, à ideia de reunião de conhecimentos, ocorre também com a palavra biblioteca, que foi utilizada por Gonrad Gesner, em sua obra *Biblioteca universalis*, publicada em 1545, a qual é considerada a primeira bibliografia universal. Nos séculos seguintes, sob essa mesma lógica, foram publicadas as obras: *Biblioteca orientalis i occidental, nautica i geografica*, de León Pinelo, a *Biblioteca hispanica nova*, de Nicolás Antonio, e a *Bibliotheca lusitana*, de Diogo Barbosa.

Não obstante, prevalece hoje o uso das palavras museu e

biblioteca, tal qual se conhece, isto é, mais como uma instituição (concreta ou abstrata, isto é, instituições localizadas em um determinado local ou instituições construídas por meio de processos e práticas sociais, que independem de acervos físicos) e menos como referência a certo tipo de obra. Além dessas significações, há ainda a associação do museu moderno com o templo das musas e os gabinetes de curiosidades, bem como o entendimento de uma estreita relação histórica entre os arquivos, bibliotecas e museus, a qual seria resultante da falta de especialização do esquema científico e do próprio modelo social aristocrático (GUARNIERI, 2010). Esta última visão, de uma estreita relação entre as instituições, não sendo possível afirmar a precedência de uma sobre a outra, é igualmente defendida por Vera Dodebei, ao considerar que essas “instituições foram criadas com propósitos semelhantes, em prédios comuns, armazenando coleções de objetos retirados do tecido social, transformados em símbolos da cultura, e que formam, portanto, provas reais destas [culturas].” (DODEBEI, 1997, p. 143).

De modo semelhante, Paes (2007) revela que, desde muito tempo, as noções de arquivo, biblioteca e museu se confundiram não só pela finalidade e forma física dos documentos, mas também porque estas instituições tinham o mesmo objetivo: guardar grandes quantidades de documentos produzidos pelo homem. Do mesmo modo, Ortega (2004) considera que os arquivos, bibliotecas e museus podem ser vistos desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, como uma mesma instituição, porque organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos, sem que as especificidades dessas instituições fossem determinantes.

Icléia Thiesen (2009) também se refere aos *arkheion*, *bibliothêkê* e o templo das musas como espaços que indubitavelmente não ocupavam lugares distintos. Além dessa proximidade, a autora tece outras duas relações entre essas instituições, a criação e a destruição. As iniciativas para criação provinham dos soberanos, o que indicava uma relação de poder, um jogo de disputa do saber e do conhecimento. Por serem lugares de acumulação das ideias materializadas em documentos de diferentes naturezas, produzidos por diferentes povos, e serem lugares de poder, a aniquilação desse poder se deu por ataques, incêndios e destruições, que ocasionaram danos irreversíveis a essas instituições.

Nessa direção, Silva (2002) acrescenta que a comunhão dos arquivos, bibliotecas e museus em um mesmo espaço compreendeu dois grandes períodos da história; a Antiguidade e a Idade Média, os

quais formaram a denominada fase sincrética e custodial, visto que:

[...] “papéis” antigos de temática político-administrativa, incunábulo e outras raridades bibliográficas e gabinetes de curiosidades (para cuja difusão muito contribuíram com Humanismo, a Renascença, o colecionismo diversificado e mais ou menos esclarecido de grandes Mecenas) tendiam a formar uma realidade única e inseparável. (SILVA, 2002, p. 575).

Além disso, particularmente durante o período da Idade Média, sabe-se que poucas foram as contribuições para o desenvolvimento das atividades exercidas nesses espaços. Em suma, arquivos, bibliotecas e museus, vistos ainda como uma mesma instituição, estavam fortemente sob a autoridade do sistema católico vigente, colocando, assim, a guarda de seus acervos a cargo das ordens, conventos, igrejas, mosteiros ou a monarcas e colecionadores particulares.

3 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: REALIDADES DISTINTAS

Passados os séculos, a distinção, de fato, entre os arquivos, as bibliotecas e os museus inicia-se no advento da Idade Moderna, que tem início com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, e se estende até a eclosão da Revolução Francesa, em 1789, que marca o início da Idade Contemporânea. Na Idade Moderna ocorreram grandes avanços culturais e tecnológicos, como o aperfeiçoamento da imprensa dos tipos móveis e reutilizáveis de metal, por Johannes Gutenberg, que levou à “explosão” do documento impresso e, por conseguinte, ao aumento da necessidade da criação dos espaços de guarda, as bibliotecas (BURKE, 2002). Com essa duplicação mecânica de textos, estabeleceu-se também uma diversidade de formatos de papel e composição de cadernos *in-quarto* e *in-octavo* (SMIT, 2000).

Outro fator contributivo para a delimitação dos arquivos, bibliotecas e museus, os quais “eram utilizados como depósitos de tudo que produzira a mente humana, quer dizer o resultado do labor intelectual e espiritual do ser humano.” (GOMES, 1967, p. 4), foi o aumento das atividades administrativas dos Estados Nacionais Modernos, que, particularmente, suscitou o crescimento dos arquivos como instituições fundamentais para as atividades políticas-administrativas, e da noção de documento como

testemunho de um fato e/ou prova. A expansão marítima permitiu também o aumento das atividades dos colecionadores, que passaram a reunir suas coleções nas galerias de aparato, de antiguidades e de curiosidades, locais em que eram armazenados os objetos e espécimes trazidos das terras de além-mar (GIRAUDY; BOULHET, 1990). Outra transformação significativa foi a invenção da máquina de escrever, em 1714, por Henry Mill, que permitiu a mudança do processo de escrita manual para o processo mecânico, o que facilitou ainda mais a multiplicação dos textos e uma formatação mais regular e homogênea dos documentos impressos/datilografados.

Além desses fatores mencionados, os quais são inovações tecnológicas que contribuíram para que os arquivos, as bibliotecas e os museus se diferenciasssem, expõem-se os fatores motivacionais, que foram importantes para a cisão entre essas instituições, a saber:

Tendência desenvolvida na Modernidade e aí subvertida pela necessidade iluminista de classificar, de separar ideias e coisas e de buscar a pretensa objetividade científica (tanto no plano natural e físico, como no plano humano e social), pelo aparecimento do Estado-Nação, pelo fomento capitalista e pela complexificação global das sociedades (SILVA, 2002, p. 575).

Essa motivação com bases em influências iluministas possibilitou a cada uma das instituições, arquivos, bibliotecas e museus, a centralização de seus acervos, separação de suas atividades de guarda, preservação e conservação dos “tesouros” da cultura clássica greco-romana, os quais foram posteriormente resgatados pelo movimento humanista (SILVA, 2002). Assim cada instituição, já delimitada, passa a ser marcada de modo diferente pelos rumos e acontecimentos no decorrer do tempo.

Em relação aos arquivos, o movimento iluminista intensificou a procura por eles e enfatizou o valor secundário dos documentos, os quais subsidiavam as pesquisas históricas. Silva et al. (1998) apontam que uma das consequências nefastas dessa valorização conduziu a uma atribuição metódica e cronológica dos documentos, colocando de lado a organicidade do contexto que os produziu. Sobre esse momento, conhecido também como “Século das Luzes”, Santos (2010) ressalta que a característica central foi a valorização dos acervos documentais como instrumentos de poder, repositórios jurídicos fiscais e de informação, postos a serviço do Estado.

Já as bibliotecas iniciam um processo gradativo, ininterrupto e

simultâneo de transformações marcado por quatro características principais, as quais estão intimamente relacionadas: laicização, democratização, especialização e socialização (MARTINS, 2002). As mudanças no contexto dessas bibliotecas passam a acompanhar as mudanças sociais; os livros, de objetos sagrados e secretos, transformam-se em instrumentos de trabalho ao alcance das mãos. Essa democratização, por sua vez, é em si mesma um processo de laicização, que corresponde a um ideário laico por oposição ao ideário sagrado da monarquia. Para efetivação da democracia é necessário atender a todos os homens e com isso produzir obras dos mais variados assuntos, levando a uma especialização. A socialização vincula-se ao acréscimo da consciência grupal que marca as sociedades modernas. Enfim, em tempos modernos, as bibliotecas não abrem apenas suas portas, mas passam a procurar os leitores, bem como passam a gozar do estatuto de instituição laica e civil, dinâmica e pública, respondendo a necessidades inteiramente novas (MARTINS, 2002).

No que tange aos museus nesse momento, Giraudy e Boulhet (1990) apontam que os humanistas e os grandes deste mundo reuniram coleções profanas, as quais pela primeira vez constituem um invólucro. Essas coleções destinavam-se ao estudo, contemplação ou meditação por parte dos colecionadores, mecenas e alguns poucos privilegiados, e eram organizadas em espaços privados, como galerias de aparato, galerias de antiguidades e galerias de curiosidades, as quais constituem o prenúncio dos museus modernos.

Além disso, os arquivos, bibliotecas e museus passam a ser marcados pelos primeiros traços distintivos de organização e de um conhecimento teórico com as publicações dos primeiros tratados e manuais voltados para regras e procedimentos centrados no acervo de cada instituição (ARAÚJO, 2011). Entre essas primeiras publicações, destaca-se para a organização de bibliotecas, a obra *Advis pour dresser une bibliothèque*, de 1627, escrita por Gabriel Naudé, considerada obra precursora de uma Biblioteconomia moderna. Podem-se citar duas obras que abordavam o sistema de controle e manutenção de documentos, *Registratur* (1571), de Jacob Von Ramingen, e *De Archivis* (1632), de Balthassar Bonifacii, as quais podem ser consideradas precursoras dos princípios da Arquivologia. Em 1565, o holandês Samuel Quicchberg, em um pequeno volume intitulado *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi*, elaborou a primeira tentativa de uma teoria das coleções de museus. Apesar de essa obra ser antecedente à obra *Museographia*, de

Gaspar F. Neickel, de 1727, muitas vezes lhe é atribuída a condição de primeiro tratado sobre museus, onde é feita uma orientação de como os colecionadores deveriam escolher os espaços, como conservar e organizar as coleções no espaço do museu, observando, deste, sua missão e história.

A ciência positivista, iniciada por Auguste Comte, no final do século XIX, influencia particularmente cada uma das instituições a buscar técnicas mais específicas para organização de acordo com o tipo de acervo custodiado. Configura-se, nesse momento, posteriormente à primeira fase sincrética e custodial, a segunda fase da história dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, a fase técnica e custodial (SILVA, 2002). Contudo, o positivismo não impactou apenas atividades de organização desempenhadas pelas instituições; ele ocasionou, juntamente com a consolidação da Ciência Moderna, alterações na história e na produção dos saberes arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos, com a produção de teorias, regras e manuais, os quais buscavam estabelecer o projeto de constituição científica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (ARAÚJO, 2011).

Sob esse novo pensamento, a Arquivologia passou de prática a disciplina auxiliar da História, fortemente vinculada à Paleografia e à Diplomática. Entre as primeiras produções consideradas científicas, destacam-se as normas de Natalis de Wailly, publicadas em 1841, as quais direcionavam a organização dos documentos, nos Arquivos Nacionais Franceses, em fundos, selando, assim, o princípio da proveniência como marco teórico, que até hoje constitui paradigma da disciplina Arquivística (JARDIM; FONSECA, 1992). Todavia, o grande marco para a disciplina efetiva-se com a publicação do *Handleiding loor het Ordenen en Beschrijven van Archieven*, conhecido como o Manual dos Arquivistas Holandeses, escrito por Muller, Feith e Fruin, em 1898, que marca a libertação da Arquivologia de seu papel secundário de auxiliar da História e a transforma em um campo autônomo de conhecimentos, cujas práticas são sistematizadas em 100 regras (REIS, 2006).

Na Biblioteconomia, o espírito positivista revelou-se na publicação das regras de catalogação de Panizzi, em 1841, e de Jewett, em 1852. Em 1876, o bibliotecário norte-americano Mevil Dewey criou o Sistema de Classificação Decimal, e no mesmo ano fundou-se a American Library Association (ALA), importante associação profissional do campo biblioteconômico, abrindo caminhos para os posteriores esquemas de classificação como de Bliss, Brown, Cutter, Raganathan, Otlet e La Fontaine, etc.

Na Museologia, Guarnieri (2010) aponta que algumas reflexões e conteúdos científicos foram, muitas vezes, prejudicados pela adoção de critérios positivistas, o que a levou a ser considerada uma ciência aplicada ou uma ciência auxiliar de outros campos do conhecimento, que eram considerados conhecimentos científicos verdadeiros. Sobre a produção científica, destacam-se as reflexões sobre o museu voltadas para as regras de exposição dos acervos, propostas por Goethe, em 1821, Ruskin, em 1853, e Bode, em 1903, além de textos de Klemm, Graesse, Murray, Schlosser, Coleman, Gustav Waagen, entre outros.

Por sua vez, o pensamento positivista objetivava colocar também uma espécie de ordem na ciência e na sociedade, que nos séculos anteriores passaram por profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais advindas das revoluções burguesas, entre elas, a Revolução Francesa. É dentro desse momento de transformações, de revoluções, que os arquivos, bibliotecas e museus, referidos por Le Goff (1984) como “monumentos de lembrança”, proliferaram na Europa, como resultado do espírito comemorativo integrado ao ato revolucionário. Esses “monumentos de lembrança”, após a Revolução Francesa, pela primeira vez abrem suas portas indistintamente aos cidadãos, fomentando o conceito de nação e das instituições nacionais.

Giraudy e Boulhet (1990) acrescentam, ainda, que as conquistas da Revolução Francesa e o desenvolvimento do nacionalismo fazem brotar a ideia de que as riquezas não são mais propriedade apenas dos poderosos e passam a pertencer ao povo, migrando, então, da noção de coleção particular à de patrimônio público. Nessa direção, Fernández (1999) acrescenta que o museu enquanto instituição pública acessível é um fenômeno recente, que advém do final do século XVIII, pois anteriormente a cultura e a arte eram consideradas ornamentos na vida de alguns privilegiados, assim como elementos de exaltação religiosa e de curiosidade. Nessa direção da franca disponibilidade dos documentos e do crescimento dos arquivos, bibliotecas e museus, Columbié (2004) apresenta outros fatores conjunturais que operam de maneira decisiva para a constituição desses espaços autônomos de conhecimento: o surgimento da sociedade industrial, o início de relevantes inovações científicas e tecnológicas, o ressurgimento da vida urbana com o aparecimento de novas necessidades educacionais e a criação paulatina das ciências sociais.

Assim, com o crescimento significativo dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, torna-se urgente a profissionalização dos

arquivistas, bibliotecários e museólogos, por meio de um ensino formal dos campos disciplinares. Desse modo, são criados no século XIX os primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Na Itália, a primeira escola data de 1811, a Scuola di Archivistica (Nápoles), e dez anos depois, em 1821, duas escolas são fundadas para difundir essa corrente de pensamento, a École des Chartes (Paris, França), que passa a formar arquivistas-paleógrafos e bibliotecários, e a Bayerische Archivschule (Munique, Alemanha). Em relação à formação de profissionais no âmbito da Museologia, destaca-se a École du Louvre, criada em 1882. Enfim, após essas primeiras iniciativas de disciplinarização dos conhecimentos, exercidos de maneira até então empírica nas instituições, ocorre, para além do eixo europeu, a criação de diversos outros cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia em todo o mundo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta demonstração através da história, das histórias dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, constata-se que foram muitos os percursos dessas instituições ao longo dos diversos períodos históricos. As mudanças, associada cada qual ao seu momento, afetaram as direções e continuam a afetar o rumo dessas instituições e dos campos científicos. Na Biblioteconomia, campo científico tradicionalmente voltado para os estudos e processos das bibliotecas (nacionais, públicas, universitárias, escolares, especiais ou especializadas), passa, sobretudo a partir do século XX, a abarcar novas problematizações e instituições, como: centro de documentação, centro de documentação e informação, centro de memória, centro cultural e casa de cultura. A Museologia, com o movimento da “Nova Museologia” direciona seus estudos para o entendimento das relações do homem com a realidade, com ênfase nos processos sociais e culturais, e na ressignificação dos museus, incluídos nos debates os museus integrais, museus a céu aberto, ecomuseus, museus de cidade, museus de sítios, museus de vizinhança, museus de comunidade ou museus de território. Na Arquivologia, as preocupações também ganharam outra dimensão, fruto da proximidade com o campo da Administração, que passou a contemplar a economia e a eficácia durante o ciclo da gestão documental, com o campo da Ciência da Informação, que possibilitou a abertura de seu objeto de estudo, do arquivo, para a informação arquivística, e com outros campos como o das Letras,

Antropologia, Filosofia, que incrementaram as discussões acerca dos arquivos pessoais e dos arquivos literários.

Ademais, percebe-se que há uma estreita relação entre os arquivos, as bibliotecas e os museus, com o surgimento dos respectivos campos do conhecimento: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, pois essas instituições conduziram à criação de uma série de procedimentos e métodos, de caráter eminentemente prático, em virtude da necessidade de lidar com os seus acervos, os quais, juntamente com o acúmulo das experiências técnicas utilizadas ao longo do tempo, possibilitaram a consolidação das bases das respectivas disciplinas científicas.

No Brasil, de modo semelhante ao que ocorreu na França, embora em contextos bem distintos, os primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia foram criados para suprir, inicialmente, a necessidade e a demanda das instituições nacionais por profissionais capacitados para o exercício de funções específicas. O surgimento das primeiras instituições nacionais (Real Arquivo Militar, de 1808, Real Biblioteca, de 1810, e Museu Real, de 1818), associa-se à vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, que trouxe nos navios seus acervos inestimáveis. A permanência da Família Real em sua colônia alterou a rotina desta. Entre outros acontecimentos, destaca-se o crescimento dos acervos e das instituições culturais, que assentou a necessidade de formação profissional para atuar nos espaços criados já de maneira delimitada, em locais e com finalidades distintas. Desse modo, surgem no país, tardiamente, ao longo do século XX e durante a República, os primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Os cursos de Biblioteconomia e de Museologia, considerados os primeiros da América Latina, foram criados, respectivamente, por meio da autorização dos decretos nº 8.835, de 11 de julho de 1911, e nº 21.129, de 7 de março de 1932, os quais também regulavam o funcionamento de suas instituições mantenedoras, a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional, ambos localizados no Rio de Janeiro, antiga capital. Já o curso de Arquivologia consolidou-se apenas em 1960, com o Curso Permanente de Arquivo, pois, anterior a ele, o curso de Diplomática, criado pelo Decreto nº 9.917, de 9 de fevereiro de 1911, encerrou suas atividades em 1922, quando foi proposta a criação de um curso técnico comum às três instituições – Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Museu Histórico Nacional. Todavia, esse curso nunca entrou em funcionamento.

Portanto, acredita-se que para retomar a história da constituição dos campos científicos é necessário também narrar a história dessas instituições: os arquivos, as bibliotecas e os museus, os quais desempenharam papéis indispensáveis para os referidos campos, seja por meio das primeiras pesquisas, do ensino, da formação de profissionais, ou mesmo pela produção e sistematização de conhecimentos práticos. Ademais, acrescenta-se que aqueles primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia foram transferidos, nas décadas de 1960 e 1970, para o espaço universitário, na atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), reservando, assim, aos seus primeiros espaços, as instituições nacionais, uma parte relevante de suas histórias, bem como das respectivas trajetórias desses cursos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. *R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 2, n.2, p. 19-41, jul.-dez. 2011.
- BOYLAN, Patick. *Tendencias actuales em la formación de los profesionales de los museos*: de la conservación de museos a la gestión de museos. *Boletín PH del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 34, mar. 2000.
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da era moderna. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, jan.-abr. 2002.
- _____. *Uma história social do conhecimento*: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998.
- DODEBEI, Vera. *O sentido e o significado de documento para a memória social*. 1997. Tese [Doutorado em Comunicação] – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- FERNANDEZ, Luis Alonso. *Museología y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.
- GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1990.
- GOMES, F. Araújo. *Arquivo e documentação*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1967.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museologia e identidade. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca, 2010. v. 1.
- HERNANDEZ HERNANDEZ, Francisca. *Manual de museología*. Madrid: Síntesis, 1998.
- JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a

Ciência da Informação. *Cadernos BAD*, n. 2, p. 29-45, 1992.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés. *Bibliotecología y sus orígenes. Ciencias de la Información*, v. 35, n. 3, diciembre, 2004.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca: com um capítulo referente à propriedade literária*. São Paulo: Ática, 2002.

NAMER, Gerard. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens, 1987. 242p.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares. Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

ORTEGA, Cristina. *Relações históricas entre a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. DataGramaZero*, v. 5, n. 5, out. 2004.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

POSSAS, Helga. *Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural*. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.

REIS, Luis. *O arquivo e a arquivística: evolução histórica. Biblios*, v. 24, n. 7, abr.-jun. 2006.

ROJAS, Roberto. *Passado e presente dos museus*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979. (Primeira parte: Os museus no mundo).

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Rio de Janeiro: Teatral, 2010.

SILVA, A. M. *Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação*. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 573-607.

SILVA, Armando B. Malheiro da et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.

SMIT, Johanna W. *Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o que agrega estas atividades e o que as separa? Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THIESEN, I. *Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção do conhecimento*. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. *Museu e museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. (MAST Colloquia; v. 11).